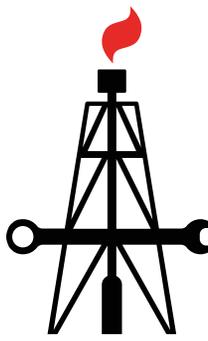


SINDIPETRO



CAXIAS

Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias

CUT



FUP

18 de dezembro de 2023 | Reage Petroleiro #27

sindipetrocaxias.org.br

[@sindipetrocaxias](#)

(21) 99663-9953

ACT 2023

CATEGORIA PETROLEIRA DE DUQUE DE CAXIAS APROVA POR AMPLA MAIORIA ASSINATURA DO ACORDO COLETIVO

Carta-compromisso pelo prosseguimento da luta pelas pautas foi aprovada por consenso

Com 77,46% dos votos a categoria petroleira de Duque de Caxias aprovou o indicativo do Sindipetro Caxias de aceitação da terceira proposta do Acordo Coletivo de Trabalho. Além do nosso Sindicato, todos os Sindicatos do Brasil irão assinar conjuntamente o acordo, incluindo os da FNP que tinham como indicativo, em sua maioria, a rejeição do acordo.

O Sindipetro Caxias assinou o acordo hoje (5) logo após o encerramento da última assembleia para que

os trabalhadores recebam o quanto antes as conquistas deste novo acordo. Apesar dos limites encontrados nesta campanha, saímos com a categoria fortalecida e iniciando a reconquista de direitos. Seguiremos a luta a partir de agora em defesa da AMS, contra a CGPAR 42 e 49, em defesa da PLR, das melhorias nas Paradas de Manutenção e em defesa da Saúde e Segurança da categoria.

Só a luta muda a vida! Juntos somos mais fortes!

VEJA O RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS:

APROVAÇÃO	464 votos	77,46%
REJEIÇÃO	116 votos	19,37%
ABSTENÇÃO	19 votos	3,17%
TOTAL	599 votos	100%

DATAS DE QUITAÇÃO | ACT 2023

Teremos duas datas para quitação das verbas negociadas no ACT 2023.

- 22/12** Retroativos salariais, Ticket e Abono
- 28/12** Verbas do Saldo AF positivo, Horas de Compensação e RSR Banco de Horas.





CFT/CFQ: SINDIPETRO CAXIAS ENTRA NA JUSTIÇA PELA SUSPENSÃO DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGISTRO

O Departamento Jurídico do Sindipetro Caxias ingressou ontem (14/12) com ação e pedido de liminar para que o Sistema Petrobrás suspenda a exigência de comprovação de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e no Conselho Federal dos Químicos (CFQ) dos trabalhadores e trabalhadoras que ingressaram na companhia por concurso em que o edital não exigia tal registro.

O Sindicato sustenta que a empresa não possui o direito de exigir obrigação que não constava dos termos do edital do concurso pelo qual o(a) empregado(a) foi admitido. Tal prática consistiria em alteração ilegal de contato de trabalho. Além disso, não há nenhuma decisão judicial obrigando o registro em conselho.

Em julho de 2021 foi alegadamente regulamentada a atividade

dos técnicos de operação, perfuração e poços e de lastro através da lei 13.639/2018. Entretanto, a exigência da inscrição em Conselho não estava prevista em edital quando os trabalhadores e trabalhadoras foram contratados e as Federações e Sindicatos estão questionam esta cobrança.

Vamos aguardar a decisão da justiça e, dependendo do resultado, informaremos à categoria os próximos passos.

FUP E FNP INDICAM REJEIÇÃO À PROPOSTA DE PLR

Na última 6ª feira (15/12), foi apresentada pela empresa a proposta de PLR. As federações cobraram melhorias na proposta, que a PLR deve ser igual em todo sistema Petrobrás, que o PRD (antigo PPP) também deve ser negociado coletivamente e uma PLR justa e mais igualitária.

O Sindipetro Caxias vai em breve divulgar o calendário de assembleias e novas informações para categoria.



FUP



FNP

CONFIRA AS NOTAS DAS FEDERAÇÕES:

MANIFESTAÇÃO DAS ESTATAIS EM BRASÍLIA CONQUISTOU GT E PROMESSA DE REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 42

Primeira reunião do GT com o Governo Federal foi realizada no dia 7 de dezembro

A FUP, FNP e demais entidades representativas das estatais participaram nos dias 7 e 19 de dezembro das primeiras reuniões da Comissão de negociação com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para revogação da Resolução 42 da CGPAR, que impõe uma série de limitações às negociações coletivas com empresas estatais federais. Os representantes da SEST confirmaram o compromisso assumido de revogar a resolução até primeiro de março de 2024. O objetivo do GT é cocriar junto às entidades sindicais e à FUP um texto alternativo que garanta a livre negociação coletiva nas empresas estatais.

Após as cobranças e os debates que se seguiram, ficou definido que será realizado um levantamento de uma série de informações tanto por parte da Petrobrás em relação a AMS, como por parte da Petros com relação aos empréstimos. A próxima reunião da Comissão será no dia 3 de janeiro às 16 horas, na sede da Petros.



O compromisso foi feito às entidades sindicais no dia 29 de novembro, após o ato nacional que reuniu centenas de trabalhadores e aposentados de empresas públicas e estatais em frente ao ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, ao qual a SEST é vinculada.

CGPAR 42: retomar autonomia das estatais

A resolução 42 da CGPAR limita em até 50% o custeio das estatais aos planos de saúde dos seus trabalhadores, entre outras limitações remuneratórias. Os



trabalhadores reforçaram a importância da mobilização permanente, cobraram do governo o fim dos limitadores e redutores de direitos e pressionaram os parlamentares para que aprovem o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 313/2022, que revoga a Resolução 42 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União).

A CGPAR estabelece regras para os regulamentos internos e plano de cargos e salários das estatais e além de limitar o custeio aos planos de saúde por parte das empresas, impede a incorporação da gratificação de cargo em comissão ou de função gratificada na remuneração de seus empregados.

A Resolução 49 da CGPAR altera a 42, permitindo a vigência de cláusulas anteriormente acordadas em convenção coletiva caso sejam superiores aos limites fixados, firmadas antes da edição da CGPAR 42. Entretanto, a mudança não resolve a questão, pois não autoriza que novos acordos sejam feitos contrariando os termos da medida, impedindo a garantia da liberdade do direito à negociação entre empresas e Sindicatos.

Seguir a mobilização unitária

É necessário que a categoria siga mobilizada conforme a Carta-Compromisso aprovada nas assembleias para pressionar a Comissão a garantir o fim da CGPAR 42.

"CALOR INSUPOORTÁVEL!" SINDIPETRO CAXIAS COBRA SOLUÇÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM DIAS COM ALTAS TEMPERATURAS



Diante das altas temperaturas e baixa umidade decorrente da nona onda de calor que chega no Brasil esta semana, o Sindipetro Caxias oficiou a empresa solicitando o agendamento de uma reunião de emergência com a direção da REDUC. O Sindicato busca contato com gestão da refinaria, pois é indispensável a criação de parâmetros para liberação dos trabalhos em dias de altas temperaturas, com a medição e rotina de intervalos de descanso à sombra para reidratação.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) a previsão é de que as

temperaturas fiquem entre 37°C a 39°C a partir desta quinta (14).

INSOLAÇÃO E DESIDRATAÇÃO

Sem a criação de regramentos de segurança e saúde para a categoria em dias de calor excessivo, os trabalhadores e trabalhadoras da refinaria estão expostos à insolação e desidratação. Podendo causar câimbras nos casos mais leves, dor de cabeça, enjoo e vômito em casos moderados e nos casos graves tonturas e confusão mental. Situações extremamente perigosas, que colocam a categoria em risco de acidentes graves, devido a natureza do trabalho realizado com o uso de equipamentos pesados e exposição a produtos químicos voláteis.

Dessa forma, é imprescindível que a REDUC crie um estado de alerta para o trabalho e locais fixos de abrigo com pontos de fornecimento de repositores eletrolíticos, protetor solar e ventilação mecânica em dias de calor extremo.

Até o momento, a direção da refinaria somente disponibilizou uma garrafa de protetor solar fator 60 para a categoria. Pequena parte da lista de reivindicações da CIPA.

Aguardamos o retorno da empresa.

LEIA O OFÍCIO NA ÍNTEGRA NO SITE DO SINDICATO

SINDICATO ACOMPANHA SITUAÇÃO DE FALTA DE ENERGIA NA REDUC E COBRA SOLUÇÕES

Na última terça-feira a REDUC viveu um evento de alto potencial. Segundo informes iniciais, o cabeamento de um alimentador de um sistema de alta tensão se incendiou, causando falta de energia em diversos pontos da Refinaria e parada de diversas unidades. Este evento iniciou uma série de instabilidades do sistema elétrico que geraram condições insalubres no ambiente, pois trabalhadores/as ficaram sem energia em seus postos. Condicionadores de ar, refrigeradores e outros equipamentos não operavam gerando altas temperaturas, perda de refeições e fornecimento de água quente.

Esta condição permaneceu pelos dias subsequentes na REDUC. Ações emergenciais para recuperação dos sistemas e instalação de geradores foram providenciadas, mas insuficientes. Salas, CCL e outros espaços administrativos estão com temperaturas muito acima do aceitável, pois as cargas não estão sendo supridas. Trabalhadores/as foram remanejados e outros/as dispensados para trabalho remoto. Alguns(mas), no entanto, foram submetidos a condições insalubres e precárias, como na manutenção, obrigada a permanecer na Refinaria, mesmo sem energia elétrica no posto de trabalho e de algumas

unidades operacionais, onde as CCL também não tinham energia. Após intervenção do Sindicato, estes/as trabalhadores/as foram remanejados/as para outros locais, onde havia energia e demais sistemas.

Cabos, antes subterrâneos, estão sendo lançados pela rede aérea e bandejamentos na tentativa de se recuperar o mais brevemente os sistemas. O Sindicato alerta, no entanto, que não se deve negligenciar a segurança e que estes trabalhos devem ser feitos com planejamento e segurança. Deve-se atentar para aterramento e bandejamento correto, ainda mais quando se tratarem de cabos de alta tensão. O retorno da produção não pode se sobrepor à segurança das pessoas.

O Sindipetro Caxias está acompanhando os transtornos e cobrando soluções para que haja condições adequadas de trabalho desde o início do evento. Deve haver um planejamento de remanejamento das equipes e do trabalho. Ainda, vamos cobrar a apuração da ocorrência bem como a implementação das ações necessárias para garantia da nossa segurança local e por condições de trabalho compatíveis com uma empresa que gera bilhões de lucro todos os anos.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS REÚNEM-SE COM PRESIDENTE DA PETROS EM CONFRATERNIZAÇÃO DE FIM DE ANO

Mais de 120 aposentados, aposentadas e pensionistas participaram da última Reunião Mensal dos Aposentados e Pensionistas do Sindipetro Caxias nesta terça-feira, 5, no CEPE-Caxias. O evento, que terminou em um Churrasco dos Petroleiros de confraternização entre os associados do sindicato, contou com a presença do recém empossado Presidente da Petros, Henrique Jeäger.

O presidente tirou dúvidas e prestou esclarecimentos aos trabalhadores sobre as perspectivas para a nova gestão da Petros, na busca pela resolução dos problemas que a Petros enfrenta. Com preocupação central no problema dos equacionamentos, os Conselheiros recém eleitos dos trabalhadores, Rafael Prado e Silvio Sinedino, também apresentaram as tratativas que têm sido feitas no GT Petros junto à Petrobrás para pagar suas dívidas e acabar com os equacionamentos.

Após diversas contribuições dos presentes em intervenções, o presidente do Sindipetro Caxias Marcello Bernardo encerrou o evento convocando os aposentados a seguirem na luta em defesa da AMS e da Petros. Ao final todos participaram de animada confraternização com churrasco no Clube dos Empregados da Petrobrás de Duque de Caxias.



ROSANGELA BUZANELLI É REELEITA PARA O CONSELHO ADMINISTRATIVO DA PETROBRÁS

Com 87% dos votos, Rosangela Buzanelli foi eleita para o terceiro mandato como representante dos trabalhadores e trabalhadoras no Conselho da Administração da Petrobrás. Entre os dias 9 e 17 de dezembro 5.419 pessoas votaram e escolheram a petroleira para ser a representante da categoria no C.A.

Parabenizamos a companheira pela conquista!

A VITÓRIA É NOSSA!
1º TURNO COM 87% DOS VOTOS

Rosangela
Buzanelli
1000
CORAGEM E EXPERIÊNCIA PARA RECONSTRUIR A PETROBRÁS



NOVA PORTARIA DO MPS E O RISCO DE ASSÉDIO MORAL NOS LOCAIS DE TRABALHO

Publicada no dia 1 de novembro no Diário da União, a nova portaria nº 38 do Ministério da Previdência Social (MPS), permite que os segurados do INSS retornem ao trabalho antes da data estipulada em seus atestados médicos, desde que estejam aptos, o que pode desencadear uma série de implicações que aumentam o risco de assédio moral nas empresas.

A conexão entre essa regulamentação e o assédio moral está ligada à pressão que pode ser exercida sobre os trabalhadores para que retornem ao trabalho prematuramente.

Primeiramente, os empregadores podem sentir uma pressão significativa para manter a produtividade e a eficiência em suas empresas, o que pode levá-los a pressionar os funcionários a retornarem ao trabalho o mais rápido possível. Essa pressão pode se transformar em demandas excessivas, prazos apertados e falta de consideração pelas necessidades de saúde dos funcionários. Os empregadores, temendo a perda de produtividade, podem passar a exigir que os trabalhadores voltem antes do tempo necessário, criando um ambiente de trabalho estressante e pressionado.



Por outro lado, os próprios trabalhadores podem se sentir compelidos a retornar ao trabalho mais cedo do que o recomendado em seus atestados médicos, receando a perda de seus benefícios do INSS. Isso pode resultar em um ambiente de incerteza e ansiedade, onde os trabalhadores se veem obrigados a equilibrar suas necessidades de saúde com o medo de perderem seus empregos ou benefícios.

Esse ambiente de trabalho sob pressão e estressante pode contribuir para o aumento de casos de assédio moral. Os funcionários, submetidos a

altas expectativas e pressões constantes, podem se tornar alvos de abusos e humilhações por parte de colegas ou superiores, criando um ambiente de trabalho tóxico onde a dignidade e o respeito são prejudicados.

Portanto, a nova portaria do MPS, ao introduzir essa dinâmica de pressão, ressalta a importância crucial de se criar e manter um ambiente de trabalho saudável e de bem-estar dos funcionários. Isso é essencial para prevenir o aumento do assédio moral nas empresas, uma vez que um ambiente de trabalho estressante e pressionado pode criar as condições ideais para o surgimento desse tipo de comportamento prejudicial.

Caso um trabalhador se sinta submetido a pressões indevidas para retornar ao trabalho antes do tempo recomendado por motivos de saúde, ele deve buscar apoio e orientação do Sindicato para que sejam tomadas as providências legais necessárias. Nestes casos, o sindicato pode fornecer aconselhamento jurídico, representação e apoio para garantir que os direitos do trabalhador sejam respeitados e que ele não seja submetido a situações de assédio moral ou pressão indevida no local de trabalho.

IARI COMO META DA PLR?

O IARI, Índice de Atendimento das Recomendações de Inspeções está sendo proposto como meta da PLR. Esse índice impacta diretamente a segurança das unidades industriais e são de responsabilidade da manutenção e operação.

As recomendações da inspeção quando são atendidas aumentam a segurança das unidades.

As recomendações da inspeção de equipamentos, emitidas por profissionais habilitados (Engenheiros) e inspetores de equipamentos, são fundamentais para a segurança das unidades. Atrelar o IARI à meta de PLR, que não é um indicador de produtividade,

pode fazer com que esse indicador seja manipulado e com o risco de impactar as condições de segurança das unidades industriais.

INSPEÇÃO PRECISA SER VALORIZADA

A inspeção de equipamentos (IE) é um setor muito técnico e especializado de uma área industrial. É necessário uma importante valorização deste setor. Afinal, aí se exerce um trabalho preventivo fundamental. Com o SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos) a empresa ainda ganha prazos melhores que diminuem os custos das unidades. Mas é preciso a valorização profissional dos trabalhadores. Sem

assédio, com condições de trabalho e financeiras adequadas, a IE dá importantes retornos para a empresa e para todos os trabalhadores.

► IARI NA PLR, NÃO!



PAINEL DE OPERAÇÃO DA U-1510 OPERA COM FALHA NO SDCD NA REDUC

Sindipetro Caxias oficia empresa sobre condição alarmante

O Sindipetro Caxias recebeu uma denúncia de que o painel de operação da U-1510 da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) está operando com uma falha no Sistema Digital de Controle Distribuído (SDCD) e oficiou a empresa sobre a grave condição.

A deficiência no equipamento mantém alarmes aleatórios tocando ininterruptamente, impossibilitando a percepção de outros alarmes de maior criticidade. A situação coloca em risco toda categoria e as instalações. A falha também causa desconforto auditivo para todos os operadores que trabalham próximo ao painel da unidade.

RISCO GRAVE

Aliado aos problemas crônicos ocasionados pela operação de um sistema defasado e ultrapassado, a falha no SDCD atrapalha a identificação de outros alarmes e descredibiliza as sinalizações sonoras na refinaria. A unidade U-1510 opera no momento



com apenas um console. No lugar onde deveria haver o outro está imprevisto um novo software, ainda em fase de finalização, em que os técnicos de operação não foram treinados.

A falha da SDCD infringe a Norma Regulamentadora 12 que estipula a Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Segundo a NR, máquinas e equipamentos devem possuir sinais luminosos e sonoros que indiquem a iminência ou

a ocorrência de um evento perigoso sem apresentar ambiguidade ou gerarem equívocos no reconhecimento do risco por parte dos trabalhadores. Informações necessárias para garantir a integridade física e a saúde dos trabalhadores.

O Sindicato oficiou a empresa sobre a falha e solicitou que o defeito seja resolvido o mais rapidamente possível para permitir a continuidade operacional segura da unidade.

SINDIPETRO CAXIAS OFICIA EMPRESA E PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE DETERMINAÇÃO GERENCIAL DE RESTRINGIR O USO DE FOLGAS DO TRE

Após denúncia da categoria de que as gerências na REDUC estão restringindo as folgas referentes a dias no TRE a 1 folga por grupo ao mês, o Sindipetro Caxias mandou ofício para a refinaria exigindo solução da situação.

Segundo informações obtidas pela Sindicato, a gerência tem limitado o uso do direito de folga, mesmo quando não são geradas horas extras. Diante disso, solicitamos que seja garantido

o direito a folga do TRE e que haja orientação para que o corpo gerencial não permita nenhuma arbitrariedade.

Hoje, muitos trabalhadores e trabalhadoras estão sendo prejudicados e ficam com várias folgas acumuladas sem ter como tirá-las. Para piorar, o período para fazer uso das folgas para o intervalo entre as eleições também está sendo restringido pela gerência.

A atitude da empresa sobre-

carrega os trabalhadores e trabalhadoras e gera danos na saúde física e mental da categoria. Esse é mais um exemplo dos problemas trazidos pela falta de pessoal na REDUC e expõe a necessidade de recomposição de efetivo na refinaria da qual lutamos ano após ano.

LEIA O OFÍCIO NO SITE DO SINDICATO

NOVA CIPA TOMA POSSE NA REDUC

Composição escolhida pela categoria assume diante de problemas antigos e novas questões colocadas

No dia 04 de dezembro, tomou posse a nova CIPA da REDUC, renovada no processo eleitoral ocorrido em outubro. Trabalhadores e trabalhadora eleitos/a, titulares e suplentes, se juntam à composição indicada pela Cia no intuito de buscar melhores condições de trabalho e evitar acidentes. Abaixo, o Sindipetro traz a lista da nova composição desta Comissão. É fundamental que a categoria acompanhe, cobre e apoie os/a companheiros/a que se propuseram a lutar por estas bandeiras.

A nova CIPA se depara com problemas históricos, como falta de efetivo, subnotificação de acidentes, reconhecimento em ASO, PPP e demais documentos profissionais e previdenciários, da exposição a químicos e outros agentes presentes nas nossas atividades e com novos problemas, como a onda de calor diante da emergência climática, a situação dos transferidos, que criou uma diáspora na categoria petroleira e a entrada do assédio, embora um problema antigo da classe trabalhadora, como uma das obrigadoriedades legais de combate da CIPA a fim de se evitar acidentes.

Na 12ª e última Reunião Ordinária da gestão passada da CIPA, de 2023/24, ficaram evidentes estes e outros problemas. Durante apresentação dos acidentes ocorridos no mês e suas análises, a Petrobrás e suas prestadoras de serviço deixaram claro que não se propõem a ir a fundo na solução das causas raízes dos eventos, quer por custo, quer por incapacidade de solução pela lógica produtiva. Esta negligência em tratar a reais causas que desencadeiam o evento, por não considerar as condições materiais nas quais são exercidas as atividades e apenas buscar atuar na condição



humana muitas das vezes incorrendo no erro da culpabilização do/a trabalhador/a, nos tem colocado numa sequência perigosa de acidentes.

Também foi denunciado que uma trabalhadora da empresa QWS teve seu ombro deslocado durante uma atividade de manutenção de tanques, ao sair de um espaço confinado no dia 30/10/23. A CAT da trabalhadora não havia sido emitida até o momento da reunião. Ressaltamos que não há razão para esta negligência, dada a ocorrência durante atividade laboral. Uma clara subnotificação de acidente! Após esta luta, a CAT da trabalhadora foi emitida, mas a gestão REDUC não pode compactuar com esta prática.

O Sindicato pontuou que a participação dos representantes da CIPA e da entidade nos GTs da empresa não está sendo garantida, sendo discutido e reforçado um fluxo para a participação da representação dos trabalhadores nestas investigações, em cumprimento ao ACT. Não há razão plausível para se negligenciar esta garantia.

Como anteriormente citado, foram cobradas à gerência da empresa medidas que efetivamente protejam trabalhadores/as durante as fortes

ondas de calor que acometeram e acometerão a região da Refinaria. É preciso que haja a participação efetiva de trabalhadores/as na decisão sobre os meios de proteção a esta emergência climática. É preciso reavaliar a obrigatoriedade de cumprimento de rotinas de trabalho e atividades corriqueiras que coloquem em risco a saúde e a segurança das pessoas. Em picos de calor como estes que estamos enfrentando, algumas amostras, rotinas de área e especificidades como ARO de verificação de PSV não podem ser exigidas, colocando a nossa saúde em segundo plano.

Por fim, o monitoramento dos trabalhadores expostos a fontes radioativas do Coque também foi abordado nesta reunião. O treinamento desses trabalhadores está sendo verificado. Há denúncias de que no grupo D do turno não há trabalhador dosimetrado para acessar a área de influência da fonte, não garantindo que se tenha sua dose de radiação medida.

Confira abaixo a lista dos/a empregados/a que compõem a nova gestão da CIPA. Sindicato parabeniza os/a companheiros/as e se coloca à disposição para apoiar esta luta por saúde e segurança do/a trabalhador/a.

SINDIPETRO CAXIAS DEFENDE INICIATIVAS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO VERÃO NA UTE-TERMORIO

- Resumo da Reunião Local de SMS da UTE -

Na segunda-feira, dia 18, ocorreu a Reunião Interna do Comitê de Segurança Meio Ambiente e Saúde (SMS) da UTE-Termorio. O Sindipetro Caxias, o presidente e o vice-presidente da CIPA da unidade estiveram presentes como convidados.

O encontro online teve como objetivo a realização do balanço dos últimos dois meses – outubro e novembro de 2023. Os responsáveis técnicos das áreas de saúde, segurança e meio ambiente foram apresentados na ocasião.

O Sindicato aproveitou a discussão para defender iniciativas para melhorar as condições de trabalho durante o verão dadas as condições adversas da estação somadas às ondas de calor que estamos sofrendo. Entendemos que é necessário a distribuição de isotônicos e a construção de áreas de aclimação na área industrial. Os locais servirão como postos para hidratação e repouso com cobertura e ventilação para a categoria. A gerência de SMS indicou que irá estudar o assunto e que não descarta esta hipótese. Hoje



a subsidiária distribui água e filtro solar para a categoria.

A CIPA levantou, dentre outros temas, um destaque sobre a análise da água mineral adquirida pela empresa, em virtude de relatos feitos pela força de trabalho de um episódio de problemas de saúde que teriam acometido alguns funcionários.

O setor de saúde acolheu bem as sugestões e explicou que não houve procura por atendimento presencial e, por isso, não possui dados

concretos do incidente relatado, mas que buscou maiores esclarecimentos com os afetados.

A gerência local anunciou a finalização do acordo entre REDUC e TermoRio para que a refinaria seja a responsável pela saúde dos empregados e empregadas da UTE. O acordo inclui a disponibilização de uma ambulância no local e acesso a um profissional de medicina do trabalho na REDUC. Disponíveis 24h por dia em ambos os casos.

SINDICATO COBRA TRANSPARÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DO ADICIONAL DE DUTOS NO TECAM

O Sindicato enviou para a empresa nesta segunda-feira, dia 18, um ofício solicitando uma reunião para com a Gerência Geral do Terminal de Campos Elíseos (TECAM) para tratar da Implementação do Adicional Dutos contido no Acordo Coletivo de Trabalho recentemente assinado.

Após o recebimento de informações de que o pessoal da Gerência de Automação seria excluído do recebimento do Adicional, exigimos no documento ainda que seja divulgada a lista dos trabalhadores e trabalhadoras (com especificação do setor) que receberão o referido adicional. Assim, será possível garantir o cumprimento de Acordo Coletivo com transparência.



FIM DO DIA ÓTIMO DE FÉRIAS DEVE SER RESPEITADO!

Foi definido no ACT, o fim do dia ótimo de férias e até 08 dias de supressão de saldo AF negativo, por período aquisitivo. Ou seja, os trabalhadores do turno não têm mais aquela obrigação de tirar férias a partir do primeiro zero hora. A única restrição para início de férias é que ela não pode começar em dias de folga, conforme a CLT.

Temos recebido denúncias de trabalhadores de que alguns setores não estão cumprindo esta definição do ACT e estão obrigando os trabalhadores a começar as férias a partir do primeiro 19 às 07h. Procuramos o RH da REDUC, que informou que todos os setores da refinaria estão orientados a respeitar o que está no acordo coletivo. Já o RH da Termorio teve o descaramento de dizer que ainda não está aplicando esta cláusula do ACT. Não tem essa conversa, o ACT deve ser respeitado e ponto final!

Qualquer trabalhador que tiver algum problema na marcação de férias, deve procurar o sindicato, para intervirmos junto à empresa e garantir o respeito ao direito do trabalhador.



SEDE DO SINDIPETRO CAXIAS FICARÁ FECHADA PARA OBRA ATÉ 2 DE JANEIRO

Devida às obras de melhorias que estão em andamento desde o segundo semestre de 2023, a sede do Sindipetro Caxias ficará fechada de 21/12/23 até o dia 02/01/24, voltando às atividades no dia 3. Aproveitando o fim de ano, será realizada uma obra na rede elétrica que deixará sem luz a sede.

Durante a paralisação para as obras nenhum dos funcionários do sindicato que não estiverem de férias estarão trabalhando de home office em regime de sobreaviso, dando apoio às atividades dos diretores. Os diretores sindicais seguirão de plantão normalmente.



RECESSO DO CORPO JURÍDICO DO SINDIPETRO CAXIAS



Informamos que de 20/12/2023 até 21/01/2024 o Departamento Jurídico do Sindipetro Caxias estará fechado para agendamentos e atendimentos, acompanhando o recesso do Sistema Judiciário.

As respostas aos e-mails e telefonemas direcionados ao Departamento Jurídico do Sindicato ficarão suspensas até o retorno das atividades no dia 22 de janeiro de 2024.



OUVIDORIA PETROS LANÇA NÚMERO DE TELEFONE GRATUITO PARA CONTATO COM PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A Ouvidoria da Petros lançou nesta segunda-feira, dia 18 de dezembro, o número 0800 000 4292 para ampliar a comunicação entre a fundação e os/as participantes, prometendo melhorar o atendimento oferecido.

O número de telefone fixo já disponível para participantes e assistidos (21) 2506-0699 continua funcionando. Mas agora a fundação também oferece uma opção gratuita de comunicação no 0800 000 4292. A disponibilização do canal gratuito faz parte do Programa "Petros mais perto de você".

0800 000 4292

PETROBRÁS LANÇA CENTRAL DE RELACIONAMENTO QUE VISA MELHORAR ACESSO DE EX-EMPREGADOS

As Federações petroleiras (FUP e FNP) receberam ontem (18/12) um comunicado da Petrobrás sobre o lançamento da Central de Relacionamento Petrobras para Ex-Empregados. A partir da nova página, a empresa promete garantir a petroleiros e petroleiras que não fazem mais parte dos quadros da companhia como aposentados e ex-empregados acesso facilitado à informações e serviços.

O site também atenderá, segundo a empresa, demandas de Recursos Humanos (RH) específicos para este público, incluindo atualização de dados bancários, retificação de dados na conta vinculada ao FGTS, solicitação de Perfil Profissiográfico Previdenciário, download de comprovantes de rendimentos, contracheques e acompanhamento do progresso de solicitações abertas pelo ex-empregado.

Interessados já podem acessar o portal através do link <https://petrobras.service-now.com/familia Petrobras>.

Se precisar de ajuda, ligue para **0800 287 2267**.

0800 287 2267



PRIVATIZAÇÃO DA SABESP: **LUTA CONTRA PRIVATIZAÇÕES EM SP SEGUE COM UNIDADE DAS CATEGORIAS**

A privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) aprovada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) na última quarta-feira (6) é uma promessa de encarecimento e piora nos serviços para a população.

Com 62 votos a favor e um contra a Alesp entregou os serviços essenciais na mão do mercado e ignorou o caráter social indispensável do acesso à água e ao saneamento básico. A sessão foi marcada pela repressão e violência do estado nos arredores e corredores internos da Alesp. Com isso, vários parlamentares deixaram a sessão em repúdio à violência operada pela polícia de Tarcísio de Freitas.

Agora, a empresa responsável pelo abastecimento de metade da cidade ficará com apenas 15% a 30% de participação do estado. Deixando acionistas privados livres para usá-la como ferramenta de enriquecimento, enquanto piora o serviço e aumenta o valor para os mais pobres. Como o município de SP é acionista da empresa, o projeto de privatização ainda precisa passar pela Câmara Municipal para se



concretizar. Então, a luta segue.

UM PARALELO PETROLEIRO

Um levantamento do Observatório Social do Petróleo mostra o aumento sucessivo que as refinarias privadas têm aplicado no combustível. Este ano, a gasolina sofreu sete reajustes consecutivos em refinarias privadas e a venda do combustível ficou 11,7% mais caro em relação a Petrobrás (estatal). A Petrobrás é uma empresa de capital misto e coloca mais de 60% dos lucros nas mãos da iniciativa privada. Exigimos que ela seja 100% estatal para que esse dinheiro retorne para o Brasil.

ÁGUA COMO DIREITO BÁSICO

Infelizmente o acesso à água não é um direito garantido em pleno 2023. Existe uma Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 6/21, que inclui o

acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados em outubro deste ano, mas ainda precisa ser votado por uma comissão especial e, depois, pelo Plenário.

QUEREMOS A SABESP ESTATAL!

O Sindipetro Caxias repudia a privatização da Sabesp e apoia a luta do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo) na luta pela reestatização da Sabesp. Apoiamos as mobilizações do Sindicato pela liberdade dos manifestantes atacados com spray de pimenta e presos pela PM que insiste em criminalizar a luta popular.

Nos somamos ainda à campanha pela reintegração dos metroviários demitidos, que também estão em luta contra a privatização do metrô.

As aspirações do (des)governo bolsonarista de Tarcísio precisa ser freado para que as empresas e instituições estatais parem de ser entregues ao mercado.

DISTANTE DO DISCURSO DO GOVERNO...

LEILÃO DO FIM DO MUNDO, NÃO!

Um dia após o fim da COP28, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP), com o aval do governo federal, leiloou 602 áreas de exploração de petróleo e gás em um megaleilão.

São áreas de impacto direto em pelo menos 20 terras indígenas, ao menos 15 unidades de conservação, incluindo territórios quilombolas demarcados. Leiloar nossas riquezas também é uma forma de privatização de nossas terras.

O leilão do fim do mundo, como está sendo apelidado, vai na contramão de qualquer compro-

misso em frear o superaquecimento que nosso planeta está vivendo.

Após o discurso contundente de Lula e Marina na COP28, esperava-se mais do governo. Os acordos com o mercado estão deixando o governo de mãos atadas diante da ganância negacionista das grandes empresas.

Repudiamos e defendemos o fim dos leilões e a volta do monopólio estatal na exploração e produção do petróleo e gás no Brasil. O governo precisa cumprir o que prometeu nas eleições e defender a Petrobrás como motora da transição energética.

PREÇO DA GASOLINA E DIESEL SEGUEM ACIMA DO PPI

Em novo levantamento do Observatório Social do Petróleo (OSP), entidade de pesquisa ligada à sindicatos petroleiros, foi constatado que há quatro semanas consecutivas, o preço praticado pela estatal em relação ao diesel é superior à referência internacional.

Em relação à gasolina, o litro ficou R\$ 0,01 acima do PPI, mantendo o valor médio de importação.

O economista Eric Gil Dantas, do OSP, afirma que esse cenário foi possível por causa de um imobilismo da Petrobrás diante da queda dos preços internacionais dos combustíveis.

É preciso cobrar, sim, que Lula cumpra o que prometeu Petrobrás pratique preços acima do PPI, diminuição dos preços dos combustíveis já!

